

A genealogia do Estado Moderno

Rachel Saint Williams

SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

Analisar o processo que modificou as estruturas políticas surgidas na Antiguidade e que atravessaram a Idade Média, aí também sofrendo mudanças, para conduzir, nos alvares da época moderna, à configuração de uma estrutura política como a do Estado – sob a qual, até hoje, estão estruturadas as sociedades contemporâneas, em sua maior parte – foi e ainda é uma questão de pauta para os pesquisadores de todos os ramos das chamadas ciências do homem. O enorme interesse gerado pelo tema explica-se por uma razão bem aparente: é a partir da compreensão de como os homens se organizam politicamente que podemos perceber e circunscrever, de forma mais abrangente, os acontecimentos sociais, hoje e ao longo dos tempos. Não se trata, entretanto, de propor aqui certo tipo de primazia da esfera política. Muito pelo contrário, trata-se da tentativa de apreender os fenômenos sociais em sua complexidade, sublinhando a necessidade de não seccionar as realidades humanas em disciplinas acadêmicas; em outras palavras, perceber as sociedades alinhavando suas características culturais, econômicas e políticas. E foi baseando-se em premissas similares, e talvez, mais importante do que isso, nas possibilidades interpretativas descortinadas por elas, que Michel Senellart elaborou *As artes de governar*.

A obra em questão desenvolve um tipo de estudo distinto entre os inúmeros trabalhos que analisam a emergência do Estado Moderno. Senellart – partindo da senda aberta por Michel Foucault, do qual foi discípulo, em seus estudos sobre governabilidade – caminha na tradição dos estudos que pretendem interpretar os fenômenos históricos a partir de sua inscrição em um campo discursivo, optando, portanto, pela análise semântica e pelo exame dos conceitos que compõem os escritos sobre as artes de governar. O autor sublinha que, pa-

ra compreender como o Estado surgiu paulatinamente da atividade governamental, não é suficiente narrar um processo de institucionalização crescente associado à aparelhagem militar e jurídica, opção mais comumente aceita entre os pesquisadores do Estado; mas, que é preciso esclarecer como um conceito *a priori* não político como o de *regimen*, porque ele se inscreve em múltiplos planos discursivos, se separou do governo político. Será a partir da análise do vocabulário político que Senellart irá examinar as artes de governar. O pensamento político clássico, representado por Maquiavel, Hobbes e Montesquieu, é contemplado; mas o autor não se restringiu a eles (fato louvável, pois, grande parte dos pesquisadores da esfera política tende a acreditar que um entendimento completo da gênese e do percurso da teoria política pode ser feito apenas através do estudo dos textos considerados canônicos), lançando mão de uma ampla gama de autores como: João de Viterbo, Giovanni Botero, Ludovico Zuccolo, Justo Lipsio, Gil de Roma, Torquato Acceto, São Tomás de Aquino, Scipione Ammirato, João de Salisburg, Vicente de Beauvais. Jean Bodin, Gabriel Naudé, entre outros. O livro encontra-se dividido em três partes principais, subdivididas em outras seções e também em capítulos: Reinar e Governar, Visibilidade (Corrigir e Dirigir) e Segredo (Calcular e Dissimular).

O autor inicia a obra procurando colocar por terra qualquer interpretação por demasiado simples de governo, posto que este é claramente o assunto das artes. Para isso devemos afastar uma associação corriqueira entre governo e dominação. Tal binômio, recorrente em nossa interpretação contemporânea, não se sustenta se recolocado no contexto medieval do tratamento das questões políticas. Nele encontramos os termos governo e dominação em polos distintos, e será no momento em que ambos alcançarem uma equivalência que ocorrerá uma das primeiras mudanças significativas no plano discursivo composto pelas artes de governar. Inicialmente, o governo se relacionava a

uma multiplicidade de fins, externos a si próprio, enquanto que a dominação seria, nas palavras de Senellart, uma prática tautológica do poder. Neste ponto, por suposto, governo não é idêntico à dominação, o que conduz à seguinte interrogação: o que significava governo?

Senellart apresenta a resposta narrando as três principais etapas da evolução do conceito de governo. Até o século XII, o *regimen* precedeu o *regnum*, seguindo a concepção ministerial do poder secular. Em suma, as finalidades governamentais estavam divididas em espirituais (salvação das almas) e temporais (coaço dos corpos) que correspondiam aos condicionantes da ética política. Como consequência, a realeza é descrita em função dos seus deveres, como um ofício cujo objetivo amalgamase à perspectiva finalista da salvação espiritual. A partir do século XIII, sofrendo o impacto do desenvolvimento das monarquias temporais e da utilização crescente dos textos aristotélicos, o *regimen* começa a se confundir com o *regnum*, marcando uma relativa autonomia do político em relação ao espiritual. Neste momento, inscreve-se a ruptura maquiavélica que marcou a passagem da arte de governar medieval para a tecnologia moderna do governo; o *regimen* adota como pressuposto a condição de seu exercício: o poder. Finalmente, a última etapa corresponde à instrumentalização do governo que não será mais a razão de ser do poder público e nem sua manifestação, fenômeno observável nas grandes monarquias administrativas do século XVII. Ocorre, então, uma redefinição das finalidades governamentais que iriam operar agora em função das necessidades do Estado.

Tendo estabelecido as três principais etapas da evolução do conceito de governo, o autor retoma a questão de suas artes. Gênero antigo cujas primeiras manifestações remontam ao Egito e à Mesopotâmia, sua principal tarefa era a instrução do príncipe acerca do que ele deveria ser, saber e fazer para dirigir apropriadamente seus domínios. Sua manifestação textual pode se apresentar sob diversas modalidades: desde o sermão, passando pelos tratados até os discursos e poemas. Como adverte Senellart, convém interpretar as artes de governar em sua multiplicidade, não só de artes, mas de técnicas, de sistemas de regras, de modelos de ação e de concepções distintas acerca do conceito de go-

verno. Na obra procurou, então, demonstrar as linhas de inclinação que conduziram os espelhos de príncipes medievais às máximas de Estado do século XVII, retomando a problemática de como se passou de uma ética do *regimen* – cujo objetivo era o bem comum – para uma técnica governamental ditada pelas exigências do Estado.

A importância da obra de Maquiavel, *O príncipe*, é destacada, já não mais como texto fundador – e este é um dos aspectos inovadores da obra de Senellart – que manifesta as exigências nascentes de uma ciência política, mas como escrito de articulação entre a parenética régia medieval e os manuais de Estado. Continuando na análise da obra de Maquiavel, o autor salienta a substituição da descrição e da exortação das virtudes ideais que cabem ao príncipe, pela valorização de uma prudência hábil, composta de cálculo e de instinto. O modelo do bom governo, a partir daí, não estaria submetido à procura de um arquétipo perfeito e, sim, centrado na observação de tipos históricos distintos, irreduzíveis a um só formato; trata-se de um dos efeitos da retomada aristotélica sobre a concepção da política em detrimento da concepção platônica da república perfeita. Os espelhos de príncipe do século XVI abandonaram a busca pela perfeição atemporal do príncipe para pôr em foco a contingência das situações humanas. Postulam-se, assim, as marcas da secularização e do pragmatismo presentes na tratadística política produzida nos séculos XVI e XVII.

Posteriormente o autor dedica-se à etimologia do nome *rei* para relacioná-lo ao tópico do governo. Em tal empreitada serão importantes as doutrinas de Isidoro de Sevilha, que interpretou a função régia a partir de sua inscrição na ordem ética, e de Santo Agostinho, pois ele apresenta os fundamentos teológicos da coerção, ao qual deveriam se submeter os corpos para que se tornasse possível governá-los. Em Santo Agostinho, encontraremos, segundo Senellart, um dos maiores acontecimentos do pensamento ocidental que se consubstancia na reorientação profunda exercida no ensinamento tradicional legado pela patrística. Santo Agostinho teria composto uma dramaturgia do pecado original, ilustrado pela relação dialética entre sedução, sexo e morte, que fundamentaria sua doutrina política; justificando, conseqüentemente, a

existência de um poder repressivo engendrado pela visão global da corrupção do gênero humano. Tal justificativa constituiria uma grandiosa mutação no discurso teológico-político do século IV.

A temática das doutrinas agostinianas abre precedente para que o autor aborde o problema da utilização política das Sagradas Escrituras. Discussão interessante e profícua, conduzida com maestria e erudição pelo autor, explicitando a relevância de não se considerar a influência religiosa como negação ou impossibilidade do discurso político. Esta forma de perceber a relação entre os pressupostos religiosos e a prática política é extremamente rica para nós que recebemos como herança de Portugal a construção de um Estado pautado pelas exigências da Contra Reforma. Desta maneira, podemos perceber a multiplicidade de propostas políticas concebidas nos domínios onde a marca tridentina se fez presente; não como negação da possibilidade de pensar a política, mas como um importante elemento definidor de algumas características que marcaram a tratadística política elaborada nestes territórios. Prova disso é o mar de escritos de toda sorte de membros da Igreja Católica, com destaque para os da Companhia de Jesus, sobre as temáticas relacionadas à política.

Ainda tratando da figura régia contrapondo-a ao seu extremo natural, a tirania, Senellart apresenta decisivas construções da imagem régia cunhadas ao longo da antiguidade clássica e durante o período medieval. São elas: a figura cínico-estóica do rei sábio e a figura do rei como imagem de Deus. Nesta seção da obra, o autor apresenta argumentos que possibilitam compreender a relevância das virtudes que o monarca deve possuir – aspecto central nos espelhos de príncipe, para a construção do modelo vivo que deve representar o rei para sua comunidade. As sociedades que se organizavam a partir da ética do *regimen* encontravam sua unidade através da identificação com a figura de seu dirigente, ele mesmo imagem de Deus, e nisto reside o papel exercido pela exemplaridade, o que explica o prestígio do tema. Também podemos perceber como a questão das virtudes transforma-se, no correr dos tempos, em imagem e simulação. Não importa mais que o rei possua as qualidades necessárias à criação de uma imagem que deve inspirar seus súditos, e sim

que aparente que as possua. Começa a se cindir a figura do rei, possibilitando que ele ocupe ao mesmo tempo o posto de pessoa privada e figura pública. Esta cisão alcançou seu momento máximo nas teorias do Estado dos séculos XVI e XVII.

Na parte final da obra, Senellart avalia o surgimento da arte do Estado em detrimento das artes de governar, o que significou, em última instância, uma redefinição das regras do governo orientadas pela perspectiva de salvação para uma organização voltada para critérios de sucesso. Mais uma vez, o autor sublinha que isso não significa o rompimento efetivo da estreita imbricação existente entre a esfera política e teológica, que se perpetuaria até finais do século XVII. Contudo, não conceder a devida importância a esta imbricação implicaria desconhecer a ligação real existente entre a criação do Estado Moderno e o despertar no continente europeu das guerras religiosas, fato já examinado por Reinhart Koselleck em *Crítica e Crise*, diga-se de passagem. Serão analisados, portanto, os novos elementos associados à *arte dello stato*: o cálculo e a dissimulação. Não à toa, tal discussão se inicia a partir da análise da virada maquiavélica na qual são matizados alguns mitos recorrentes referentes às interpretações que foram feitas da obra do controverso florentino.

Posteriormente são apresentados os discursos referentes às doutrinas da razão de Estado, porém, com apreciação prévia da obra de Justo Lipsio, apresentada como texto de articulação entre a obra de Maquiavel e os escritos sobre a razão de Estado. A fim de compreender a obra de Lipsio, Senellart recorre muitas vezes ao estudo de Gerhard Oestreich, *Neostoicism and the early modern state*, obra pouco conhecida entre nós, mas de grande importância para o estudo das teorias políticas modernas, vale sublinhar. O *Politicorum siue Civilis Doctrinae Libri Sex* de Lipsio marcou uma nova etapa na história do governo, pois, nele, a virtuosidade do príncipe deixou de ser o elemento cabal do jogo político, para se admitir a constituição de uma ciência positiva do Estado onde seria necessário o concurso de toda aparelhagem administrativa e repressiva do poder público a fim de comandar a população. Seria, portanto, no quadro desta racionalidade prática – organizada em torno da estabilidade do Estado e que pretendia controlar as

eventualidades da vida coletiva – que todo o significado da retórica do segredo ganharia sentido. Na sequência, o autor expõe as diferentes tipologias da razão de Estado, conferindo atenção especial a *ratio status* alemã. A obra se encerra com o exame dos elementos necessários ao funcionamento do Estado Absoluto que equivaleriam ao artifício, à fascinação e às trevas. Neste sentido, o mistério do *arcana imperi*, inscrito na ordem temporal, corresponderia ao centro do dispositivo absolutista. Em relação a esta interpretação de Senellart, cabe aqui observar, entretanto, que a própria noção de Estado Absoluto já vem sendo alvo de crítica por parte da historiografia contemporânea.

Em resumo, *As artes de governar* tem como objetivo demonstrar como o Estado Moderno emergiu do *regimen* cristão – tese retomada pelo autor em cada parte da obra. Essa passagem, situada na contingência dos processos históricos, deve ser descrita em termos de resistência, deslocamento, mistura, ruptura e inovação, nas palavras do autor. Trata-se de uma excelente obra que apresenta um viés interpretativo bastante diferenciado no campo dos estudos que se dedicam à gênese do Estado Moderno. Apesar de o campo discursivo ser o foco preferencial de Senellart, em algumas partes do livro sente-se a falta de informações mais empíricas sobre o período histórico em que foram escritas as produções examinadas e sobre a trajetória particular dos autores analisados; acreditamos que tais informações só contribuiriam positivamente para as conclusões apresentadas por Senellart. Longe de querer retomar o esquema *vida e obra*, esses dados possibilitariam reconstituir a dinâmica do campo discursivo mais amplo em que se inserem as obras, conferindo mais visibilidade à questão das produções escritas, posto que elas também são alvos de disputa e negociação nas configurações sociais onde são engendradas.

A maior contribuição oferecida pelo livro de Michel Senellart, entretanto, está ligada ao despertar do interesse pelos estudos das teorias políticas medievais e modernas. No Brasil não são muitas as obras que abordam tais temáticas e isso é uma limitação bastante séria, pois, talvez o desinteresse e o desconhecimento pelos fenômenos políticos piores relacionem-se a uma postura semelhante perante o contexto político contemporâneo.